GOVERNO

Fazenda e a solução Fonteles

Governador reeleito do Piauí é o nome do PT mais aceito pelo mercado para ocupar o principal ministério da Esplanada

» ROSANA HESSEL

Em meio aos rumores de que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva não fechou quem vai assumir o Ministério da Fazenda no quarto mandato, o governador do Piauí, Rafael Fonteles, segue sendo o petista com menor rejeição de integrantes do mercado financeiro, que andam nervosos ante a falta de perspectiva de alguém com nome e pulso para estancar a sangria dos gastos públicos e os estragos na dívida pública.

Matemático prodígio que se formou em tempo recorde na graduação e na pós nas universidades por onde passou, Fonteles, antes de assumir a política, foi por dois mandatos secretário de Fazenda do estado na gestão do ex-governador Wellington Dias.

Fonteles presidiu o Comitê Nacional de Secretários de Fazenda, Finanças, Receita ou Tributação dos Estados e do Distrito Federal (Comsefaz), onde ganhou respeito entre os pares por contribuir para o estado conquistar, por quatro anos seguidos, a nota A no sistema Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (Siconfi), uma avaliação anual realizada pelo Tesouro Nacional. Nesse ranking, são avaliadas a consistência, a integridade e a precisão das informações fiscais e contábeis prestadas por estados e municípios. A plataforma tem se tornado cada vez mais importante para a gestão e transparência das finanças públicas no país, de acordo com autoridades piauienses.

Valter Campanato/Agência Brasil



Rafael tem uma convivência de muitos anos com Lula. Seu pai, o ex-deputado federal Nazareno Fonteles, foi um dos fundadores do PT

Desafio

Apesar de Fonteles evitar comentar uma indicação para a Fazenda, fontes próximas ao governador admitem que ele aceitaria o desafio de chefiar a pasta mais importante da Esplanada dos Ministérios, que pode cacifá-lo a ser o candidato a suceder Lula, com quem convive desde a infância, pois o pai, o ex-deputado Nazareno Fonteles, é um dos fundadores do PT. A garantia de autonomia e apoio do chefe do Executivo para exercer o cargo será um dos fatores principais para que o governador do Piauí aceite o cargo mais desejado e, ao mesmo tempo, mais temido do primeiro escalão do governo.

Analistas reconhecem que Fonteles tem credenciais para isso. E são os programas que ele vem tocando no Piauí, que são caros ao presidente, como avanços na área da educação e da energia limpa. Conforme dados da agência de atração de investimentos Investe Piauí, o estado está em 1º lugar do Brasil em matriz elétrica renovável, pois 99,76% da energia produzida é proveniente de fontes limpas. Além disso, é o terceiro maior produtor de energia eólica e solar centralizada do país, com 227 empreendimentos de geração em 26 municípios.

Na educação, a gestão de Fonteles conseguiu fazer com que 100% do ensino médio nas escolas estaduais fossem integrais. Com isso, o estado tem a maior taxa de aprovação no ensino médio do Brasil (de 99,5%) e a menor taxa de abandono do ensino médio da história do Piauí (redução de 2,4% para 0,4%), conforme relatório enviado ao **Correio** por integrantes do governo piauiense.

O Piauí ainda está em 1º lugar do Nordeste no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) e em 4º lugar do Brasil no Ideb. Além disso, obteve o maior percentual de redações acima de 900 pontos no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) de 2025. Outro destaque apontado por fontes do governo é o fato do uso de disciplinas sobre inteligência artificial (IA) frequentadas por 100% dos alunos do ensino fundamental e médio.

Diante disso, o Piauí foi o primeiro território das Américas a incluir a disciplina de IA na grade curricular das escolas públicas da educação básica, algo que foi reconhecido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco).

Demora

A demora de Lula em escolher um nome forte para comandar a Fazenda tem deixado o mercado descrente no compromisso de ajuste fiscal. O Projeto de Lei (PLP) 299/26, de autoria do senador Jaques Wagner (PT-BA), foi aprovado a toque de caixa pelo Senado e encaminhado à Câmara dos Deputados.

Apesar do aumento das críticas ao patamar elevado dos juros básicos da economia (Selic), em 13,75% ao ano — mantidos neste patamar pelo Banco Central na última reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) —, o mau humor dos agentes do mercado financeiro continua. Mesmo com o governo acelerando a votação do PL, porque não há perspectiva de um ajuste crível proposto pela medida.

Integrantes do governo preveem uma economia de até R$ 60 bilhões no Orçamento de 2027, mas analistas lembram que ainda é insuficiente em relação ao necessário. Alertam, inclusive, que as medidas previstas no PLP podem gerar insegurança jurídica e desencadear uma onda de judicializações, que serão um novo desafio para quem comandar o gabinete do Bloco P da Esplanada.

Dados levantados pelos economistas Felipe Salto, Josué Pellegrini e Daniel Ferraz, da Warren Investimentos, destacam que a proposta do governo é insuficiente para estabilizar a trajetória de crescimento da dívida pública bruta em relação ao Produto Interno Bruto (PIB). Pelas estimativas feitas pelos especialistas, o impacto fiscal seria de R$ 51 bilhões.

Indústria sobe tom da crítica

A proposta de ajuste fiscal do governo tem gerado insatisfação junto ao setor produtivo. Assim como a Confederação Nacional da Indústria (CNI), as federações das indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan) e do Estado de São Paulo (Fiesp) não pouparam críticas ao PLP 299/2026.

"O texto altera a Lei de Responsabilidade Fiscal, o arcabouço fiscal, a lei de redução de benefícios fiscais e as regras de compensação tributária. Não é razoável que uma proposta desse alcance seja apresentada em um dia e votada no seguinte, sem debate com a sociedade e sem ouvir os setores atingidos. Mudanças dessa dimensão exigem uma tramitação à altura da sua gravidade", alertou a Firjan, em nota.

A entidade destacou que a proposta dobra, de 10% para 20%, o corte linear do que o governo considera incentivos fiscais, criado pela Lei Complementar 224/2025. Entre esses incentivos, está o lucro presumido, regime simplificado usado por milhares de pequenas e médias empresas.

"O lucro presumido não é benefício: é uma forma de apuração. Na prática, trata-se de mais um aumento de tributos, feito sem avaliar o custo e o retorno de cada política", ressalta o documento.

O mais grave, segundo a entidade, é "o artigo que autoriza o Poder Executivo a limitar, por ato próprio, a compensação de tributos com créditos legítimos dos contribuintes". Crédito tributário é tributo pago a mais, e não receita do governo. "Retê-lo só melhora as contas públicas no papel. A medida ameaça, inclusive, os saldos de PIS e Cofins que a reforma tributária garantiu que poderiam ser aproveitados a partir de 2027", reforça a Firjan.

A Fiesp, por sua vez, afirmou que a proposta "não enfrenta com seriedade a preocupante trajetória de aumento de despesas do governo, e entrega, na prática, uma arrancada-ção de impostos de até R$ 40 bilhões, que vai impactar diretamente o bolso de empresas e consumidores". "O projeto também aumenta a insegurança jurídica ao mudar regras de compensações tributárias. Ao mesmo tempo, o texto traz mudanças que reduzem a previsibilidade de investimentos em infraestrutura, com a criação de comitê que definirá quais projetos receberão apoio para aquisição de máquinas e equipamentos", acrescenta.

> "O texto altera a Lei de Responsabilidade Fiscal. Não é razoável que uma proposta desse alcance seja apresentada em um dia e votada no seguinte"
>
> ***Trecho de nota da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro sobre o PLP 299/26***

> "Reter créditos é confisco. Os contribuintes têm créditos a receber porque pagaram a mais, o que lhes dá direito à devolução"
>
> ***Selene Peres Nunes,*** *economista e especialista em contas públicas, sobre o PLP 299/26*

Em outra nota, 51 entidades do setor produtivo também consideraram grave a lógica da proposta que permite ao governo limitar a compensação de tributos, que é considerada uma espécie de "pedalada". "Ao vincular a retenção de créditos ao contingenciamento de despesas, o projeto trata o dinheiro do contribuinte como se fosse despesa pública. Reter crédito, porém, não é ajuste fiscal. A empresa passa a pagar em dinheiro o tributo que quitaria com seu crédito, a arrecadação sobe e o resultado primário melhora no papel, enquanto a dívida com o contribuinte continua existindo, apenas fora das estatísticas. É a mesma lógica das chamadas pedaladas: adiar o pagamento de uma obrigação para melhorar artificialmente as contas públicas. Ajuste de verdade se faz com corte de despesas e revisão transparente de benefícios no Orçamento", alertou o comunicado.

"Melhora artificial"

A economista e especialista em contas públicas Selene Peres Nunes, uma das autoras da Lei de Responsabilidade Fiscal, engrossa o coro das críticas e fala em confisco. "Reter créditos, a meu ver, é confisco, porque corresponde a uma restrição desproporcional ao direito patrimonial do contribuinte, com efeitos materialmente equivalentes a uma apropriação compulsória de recursos pelo Estado. Os contribuintes têm créditos a receber porque pagaram a mais, o que lhes dá direito à devolução", explicou ela ao **Correio**.

Selene destacou que um crédito tributário legítimo representa um direito do contribuinte, não uma receita nova do governo. "O que reforça essa percepção é que o art. 6º-F não estabelece prazo para utilização futura dos créditos, condições de restituição ou atualização monetária. E permite ao Executivo definir os percentuais de restrição por ato próprio, conforme o valor ou a natureza dos créditos", alegou.

Segundo ela, essa proposta ainda pode afetar o aproveitamento dos saldos credores de PIS/Cofins após sua extinção, apesar das regras previstas na Reforma Tributária (art. 378 da LC nº 214/2025). "Além disso, trata-se de medida que apenas mantém recursos em caixa e não representa aumento permanente de receita. Se os créditos são legítimos, o governo terá de devolver no futuro. Então, a melhora no resultado primário é artificial e apenas transfere ao setor privado o custo do desequilíbrio das contas públicas. Isso também aumenta o custo financeiro das empresas e pode agravar problemas de liquidez", acrescentou.

Procurados pelo **Correio**, os ministérios da Fazenda e do Planejamento não responderam até o fechamento desta edição. (**RH**)

